



Vetos vão a plenário até dia 18

Vinte proposições aprovadas pelo Legislativo foram vetadas pelo governo

A Comissão de Constituição e Justiça discutiu e deixou prontos nove vetos para apreciação do plenário, na última terça-feira (9), quando reuniu-se pela primeira vez depois da recomposição das presidências das Comissões.

Entre as mensagens, oito foram vetadas parcialmente e doze – onze de autoria de deputados e um do próprio governo – tiveram rejeição total do Executivo. O Projeto de Lei Complementar que altera a distribuição dos recursos para bolsas a alunos carentes do ensino superior, vetado na íntegra pelo governo – já está provocando debates acirrados. Estudantes de todo o Estado estão sendo chamados pelos parlamentares para pressionar a derrubada do veto.

Página 7

Senado debate conflito de terras na Assembléia

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS/RR), presidente da Comissão de Assuntos Indígenas do Senado Federal, e os senadores João Ribeiro (PFL/TO) e Leonel Pavan (PSDB/SC), acompanhados de consultores do Senado, realizaram um seminário durante todo o dia 11, na Assembléia Legislativa, para realizar um levantamento e avaliar a situação dos conflitos envolvendo a demarcação de terras indígenas no Estado.

A comissão já percorreu os estados de Roraima e Mato Grosso do Sul e incluiu Santa Catarina no roteiro a partir do conflito ocorrido em Abelardo Luz em 16 de fevereiro, quando um agricultor foi morto. Representantes de comunidades indígenas e de agricultores – os dois setores envolvidos diretamente no conflito –, participaram da audiência, além de representantes da Justiça.



(foto Jonas Lemos Campos)

Encontro se estendeu até o final da tarde e debateu estudo sobre terras contestadas

Catarinenses e gaúchos marcham pela 101

Vereadores de 24 cidades de Santa Catarina e Rio Grande do Sul iniciaram, na quarta-feira (10), uma marcha pela BR-101, que cobrirá o trecho de Osório (RS) a Palhoça (SC), na Grande Florianópolis, numa manifestação pela imediata duplicação de 340 quilômetros da rodovia. O percurso deve ser percorrido em 24 dias.

O presidente da Assembléia Legislativa, deputado Volnei Morastoni (PT), enfatizou em discurso na tribuna, no mesmo dia em que iniciou a marcha, que o anúncio da continuidade da duplicação da BR-101, feito no dia 27 de fevereiro, é uma comprovação clara do compromisso do governo Lula com essa obra. As propostas já foram abertas e, no dia 3 de março, o porta-voz da presidência da República confirmou uma verba suplementar de R\$ 60 milhões, além dos R\$ 95 milhões já previstos no Orçamento de 2004, e 600 milhões de dólares oriundos do BID.



(foto Emílio Pedrosa/ Agência RBS - DC)

Caravana no dia em que começou a jornada pelo trecho não-duplicado

Audiências para preservação da água começam dia 26

No dia 26, às 9 horas, na sede da Associação do Banco do Brasil, na área industrial de Lages, acontece o primeiro seminário do Fórum Parlamentar Permanente de Preservação da Bacia do Rio Uruguai e Aquífero Guarani. A data foi anunciada pelo presidente do Fórum, deputado Sérgio Godinho (PTB), na sessão plenária do dia 10.

Página 3

Homenagem às mulheres

A evolução e o Homem estão andando lado a lado. Assim como a mulher evoluiu e lutou para conquistar seu espaço, o homem também evoluiu quando admitiu que a mulher é essencial para o bem viver em sociedade. Perpassou da submissão à independência, caracterizada pela materialidade da famosa revolução "Queima de Soutiens em Praça Pública", em 1958, nos EUA, um marco na história dos movimentos populares.

Mas, bem antes disso, no século XIX, aqui e no outro lado do oceano, com cabelos ao vento, entre os estampidos de fuzis, Anita Garibaldi foi, para o Brasil e para a Itália, a verdadeira imagem da liberdade. Num período em que as lutas pelos direitos republicanos eram incipientes, uma mulher catarinense mostrava ao mundo que direitos e garantias individuais eram corolários da razão de existir da liberdade e da democracia. Dos pés alforriados até as suas mentes, a libertação popular contou com vários exemplos de "Anitas" anônimas, engrandecendo a pátria. E no século XX, sacramentadas, finalmente, a igualdade em direitos, deveres e obrigações, guardando as peculiaridades inerentes a situações especiais, se percebe conquistas históricas incalculáveis, como a licença gestação, assistência gratuita aos filhos e dependentes de zero a 6 anos, proibição de diferença de salários, concessão de uso de imóveis rurais, proibição da exigência de atestado de gravidez e esterilização e o acesso e permanência no

emprego. Todos passando por um processo de amadurecimento da sociedade.

Vejam a sua evolução em 50 anos. Em 1932, a mulher conquista o direito ao voto e a ser votada. Em 1933, foi eleita a primeira deputada por São Paulo, Carlota Pereira de Queiroz. Já em 1934, é eleita a primeira prefeita, no Estado do Maranhão, Joana da Rocha Santos, na cidade São João dos Patos. Foi em 1947 que elegeu-se Conceição da Costa Neves para a Câmara Federal, e em 1979 que Eunice Michiles ocupou uma cadeira no Senado. Em Santa Catarina, as nossas vanguardistas foram, em 1935 e 1947, Antonieta de Barros, eleita para a Assembléia Constituinte e para deputada estadual, respectivamente, e em 1991 foi Angela Amin, deputada federal mais votada. Também em 2001 Angela é a primeira mulher a ser prefeita da cidade de Florianópolis; em 2002, a deputada Ideli Salvati é a primeira senadora da República por SC.

O mundo é feito de diversos exemplos de mulheres. Mulheres que curam com a força do seu amor, que aliviam dores, que cantam e escrevem o que a gente sente. Mulheres com *glamour*, maravilhosas, que fazem a gente rir, batalhadoras, mulheres talentosas. Há também as anônimas. A essas, presto as nossas homenagens. Elas, que no seu dia-a-dia transformam a sociedade conquistando direitos e garantias individuais, fazendo o mundo girar. Parabéns.

Deputado Jorginho Mello (PSDB)

A bancada do PMDB e a governabilidade

No dia 16 de fevereiro, assumi a liderança da bancada do PMDB neste Parlamento. Pela segunda vez – em 2000 havia ocupado o cargo – estarei à frente de uma bancada que fez e ainda faz história na política catarinense. Apoiando o governo, ou mesmo na oposição, sempre participamos das grandes decisões adotadas no campo político, econômico e social deste Estado e do país. Por esse motivo, minha responsabilidade é redobrada. Como não bastasse o compromisso de manter o partido no centro dos debates que interessam à sociedade, agora somos governo, ou seja, precisamos respaldar projetos que o Executivo almeja implantar em Santa Catarina, de acordo com os compromissos de campanha. Isso não significa, necessariamente, subserviência. A bancada tem autonomia para avaliar o que é melhor para os catarinenses.

Em conjunto com os demais partidos que integram a base de sustentação e a liderança do governo, pretendo conduzir nossa bancada a uma política participativa no Parlamento. Há necessidade de uma perfeita sintonia com a bancada federal. Não podemos permanecer à margem de temas que repercutem tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado.

A trajetória do PMDB e, conseqüentemente, de suas bancadas, confunde-se com o processo de redemocratização do país e da manutenção da governabilidade. Nossa missão, como o maior partido brasileiro, sempre foi a de permitir que os governos conduzissem os rumos da nação com equilíbrio político e estabilidade econômica e democrática. Mesmo em momentos de turbulência, como no episódio de impeachment do ex-presidente Fernando Collor ou em crises econômicas, com a desvalorização da moeda, nosso partido manteve a posição de garantir a governabilidade.

Em Santa Catarina, particularmente, a bancada do PMDB não foge à regra. Desde que assumimos o governo do Estado, em 2003, não nos tem faltado empenho, na Assembléia, para aprovação de projetos cujo maior beneficiário sempre foi a população catarinense. Nossos aliados participam incansavelmente desse desafio. E até mesmo a oposição colabora com o processo, fiscalizando e cobrando ações governamentais. De maneira respeitosa e aberto ao diálogo com todos os 40 deputados deste Parlamento, pretendo fazer do exercício da liderança do PMDB mais um capítulo vitorioso na história de um partido acostumado a desafios.

Deputado Ronaldo Benedet (PMDB)

Ivo Silva é considerado o Salvador Dali brasileiro

O pintor e escritor catarinense Ivo Silva, considerado pela crítica nacional e internacional como um "realista fantástico", estará expondo seus trabalhos a partir do dia 16 de março, às 19 horas, na Galeria de Arte Meyer Filho, na Assembléia Legislativa. O artista apresentará 16 telas



que mostram flores, frutas e rostos, em cores que expressam o Tropicalismo brasileiro. A exposição vai para a Alesc depois de uma turnê pela Europa.

Ivo Silva conta que teve vários mestres e estudou todos os tipos de pintores universais, passando do classicismo para o estilo atual, o Tropicalismo. Segundo a crítica de arte Sara Kusolits, a beleza do trabalho deste catarinense e a riqueza dos detalhes em composições harmoniosas são a principal atração para prender a atenção do público durante a mostra. "Suas obras

foram consideradas inusitadas por vários críticos mundiais e sua criatividade foi muito elogiada, sendo comparado a Salvador Dali", comentou Sara.

Após 37 anos de carreira, Ivo Silva tem suas obras expostas em outros países, como Alemanha, Austrália, Estados Unidos e Argentina. Em 1972, os trabalhos também chegaram ao continente africano, numa exposição feita em Angola. Algumas das obras foram cotadas na Europa e também no Brasil no valor de R\$ 50 mil.

A exposição estará aberta para visitação até o dia 26 deste mês. (GMP)

O Leitor

oleitor@alesc.sc.gov.br

Pergunte ao deputado

pergunteaodeputado@alesc.sc.gov.br

JORNAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Mesa

Presidente: Volnei Morastoni (PT)

1º Vice-Presidente: Onofre Agostini (PFL)

2º Vice-Presidente: Nilson Gonçalves (PSDB)

1º Secretário: Romildo Titon (PMDB)

2º Secretário: Altair Guidi (PP)

3º Secretário: Sérgio Godinho (PTB)

4º Secretário: Francisco de Assis (PT)

Conselho Editorial: Cleia Braganholo, Marise Ortiga Rosa, Mirela Maria Vieira, Rubens Vargas

Orgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751

Fax: 223-7021

alnoticias@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa

Diretora: Marise Ortiga Rosa

Edição: Cleia Braganholo e Mirela Maria Vieira

Coordenador: Celso A. S. da Rosa

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Redatores: Mirela Maria Vieira, Rose Mary Paz Padilha, Rubens Vargas, Scheila Dziedzic, Tatiana Kinoshita, Carlos Agne, Graziela May Pereira e Denise Arruda Bortolon

Assessores de gabinete: Acácio Martins, Adriane Canan, Andréa Leonora, Antônio Peres, Carmen Leite Rovira, Cristiane Mohr, Dayana Rampinelli, Danilo Barcellos Coutinho, Emanuelle Torres, Evandro Saad, Felipe Antônio Damo, Fernando Mattos, J Pacheco, Jandyr Corte Real, Celso Rodriguez, Júlio Cancellier, Kélen Bardini, Linete Martins, Lisa Mara Tontini, Lisandrea Costa, Luiz Carlos Padilha, Marcelo Lubi, Marcelo Santos, Marcos Antônio Oliveira, Marianne C. Tillmann, Milton Alves, Nara Cordeiro, Priscilla da Silva Souza, Roger Alexandre, Rosa Marinho, Ula Weiss e Valmir Matos

Estagiários Proj. Antonieta de Barros: Taciana Terezinha da Silva e Rodrigo César de Araújo

Relações Institucionais: Jamile Machado, Maria do Carmo Kravchychyn, Stela Martins e Luciano de C. Oliveira

Revisão: Verlaine Silveira

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Giancarlo Bortoluzzi, Jonas Lemos Campos e Solon Soares

Pesquisa e Elaboração: Celso João da Rocha, Ciro Cordeiro, Marco Apolo de Freitas, Ronaldo Rolnei Souza e Bruno Corrêa da Silva

Expedição: Edna Schumacker, Soraia Marçal Boabaid e Simone Marçal Alves

Impressão: Diário Catarinense

São Joaquim lança 13ª Festa Nacional da Maçã na Alesc

O hall da Assembléia Legislativa esteve lotado na noite de quarta-feira, dia 10, para o lançamento da 13ª Festa Nacional da Maçã de São Joaquim, pelo presidente da Alesc, deputado Volnei Morastoni (PT), e pelo prefeito municipal de São Joaquim, Newton Stelio Fontanella (PP). Autoridades locais, imprensa e convidados compareceram ao evento, que teve a presença dos deputados Sérgio Godinho (PTB), Djalma Berger (PSDB), Manoel Mota (PMDB), Reno Caramori (PP), Dionei da Silva (PT), Antônio Carlos Vieira - *Vieirão* (PP), Antônio Ceron (PFL), Joares Ponticelli (PP).

Fontanella enfatizou na abertura da cerimônia que a ajuda de todos os joaquineses e amigos foi essencial para a organização de mais esta edição da festa. "Quero agradecer a todos por tanto empenho, e principalmente a esta Casa, que pela quarta vez lança o evento."

A produção da maçã representa para o município de São Joaquim 70% de sua economia e 15% da produção nacional. "Mais importante que os números é a qualidade da nossa fruta, esta não pode ser tirada. A nossa maçã é exportada em grande quantidade para mais de 50 países, entre eles os



Autoridades municipais, deputados e Rainha da Festa

Estados Unidos, Canadá, Holanda e Rússia. Em viagem que o nosso governador fez para a Rússia, ele pôde comer uma de nossas frutas", enfatizou o prefeito.

Além da maçã, já começa a despontar a

produção de uvas de ótima qualidade no município. Fontanella assegura que é um fruto excepcional e a qualidade do vinho vai competir com os produzidos na América Latina. "Esperamos que os vinhos pro-

duzidos com essa uva sejam melhores que os argentinos e os chilenos, mas se não forem, que sejam iguais, e já estaremos muito felizes. No dia 26, espero todos para a abertura oficial, em São Joaquim", concluiu.

Volnei Morastoni enfatizou a importância do município para Santa Catarina. "São Joaquim projeta o Estado no cenário nacional, com belas imagens que encantam um país tropical. A neve de São Joaquim nos brinda com este fruto maravilhoso, que está enfeitando este recinto. Fruto que alimenta, que representa o amor, o trabalho e a riqueza desta terra e soma-se às tradições, à força e ao trabalho de São Joaquim", concluiu o presidente da Alesc.

De acordo com os dados cedidos pela Epagri de São Joaquim, a safra, que vai de fevereiro até final de abril, este ano será uma supersafra, com cerca de 130 mil frutos, e gerando 3 mil novos empregos. A Festa Nacional da Maçã de São Joaquim terá sua abertura no dia 30 de abril, estendendo-se até o dia 9 de maio, no Parque Nacional da Maçã. (DAB)

Aquífero Guarani

Fórum inicia ciclo de seminários

O presidente do Fórum Parlamentar Permanente de Preservação da Bacia do Uruguai e Aquífero Guarani, deputado Sérgio Godinho (PTB), informou que durante o seminário, em Lages, serão oferecidas duas oficinas, uma para professores e outra para vereadores. "Os vereadores conhecerão leis estaduais e federais referentes à preservação do meio ambiente. Com isso, pretendemos dar base para eles criarem suas próprias leis", explicou.

Já os professores, que serão agentes multiplicadores - pois passarão as informações recolhidas aos seus alunos -, assistirão a palestras com geólogos e técnicos de várias áreas ligadas ao assunto. "Assim, eles aprenderão como não desperdiçar água, evitar sua poluição, e da mesma forma farão seus alunos, criando-se uma rede de pessoas bem informadas a respeito da importância da água potável para a humanidade", afirmou.

Oito geólogos da Universidade de São Paulo realizaram um mapeamento do Aquífero Guarani, que é o maior do mundo, e detectaram vários pontos de poluição, inclusive no município de Lages. "Existem bairros inteiros construídos em cima de recargas do aquífero, poluindo-o com dejetos humanos e de animais, além do lixo doméstico", explicou. "Por isso, precisamos nos educar para evitar que uma das maiores fontes potáveis do mundo não se esgote", concluiu. Outros 28 seminários serão realizados pelo Fórum, percorrendo todas as cidades-sede de secretarias estaduais regionais. (TK)

Sistema de votação necessita melhorias

Em relatório lido em plenário durante a sessão de terça-feira (9), pelo presidente da Assembléia, deputado Volnei Morastoni (PT), a Divisão de Informática da Casa confirma que está afastada a possibilidade de se repetirem os problemas registrados no dia 29 de janeiro no sistema eletrônico de votação. Os técnicos asseguram que não foi encontrado qualquer indício de operação fraudulenta. No entanto, depois de avaliarem todo o sistema - e após um pedido feito pela bancada do PT na semana passada -, eles apontaram a necessidade de "melhorias significativas", para aumentar desempenho e segurança.

As votações do dia 29 de janeiro, último dia da convocação extraordinária, quando foram apreciados projetos polêmicos como o desconto previdenciário dos servidores e o teto salarial do governador, apresentaram erro de registro, flagrados pelos parlamentares em plenário. Por três vezes, o painel registrou incorretamente o voto de parlamentares incluindo o voto de um deputado ausente. No dia 6 de março, conforme o relatório assinado pelo diretor da Divisão de Informática, Jean Carlos Sestrem, uma equipe integra-



Programa aberto vai permitir mais segurança

da por um engenheiro de redes e um técnico de telemática da Ciasc (Companhia de Informática e Automação do Estado) e técnicos da empresa TV Universal, procedeu a auditoria técnica.

O problema ocorrido no dia 29 de janeiro já havia sido investigado e corrigido em vistoria feita no dia 6 de fevereiro. "Naquela oportunidade, fizemos uma investigação no sistema de cabeamento da rede auxiliar independente do sistema de votação. Foi consi-

tado um mau contato em algumas das conexões dos terminais, em função da mobilidade das bancadas. Concluímos que esse mau contato ocasionou o armazenamento na memória do sistema do voto dos parlamentares digitados nos terminais. Os votos foram computados quando a nova votação foi aberta", explica o documento.

Foi determinado, então, à empresa responsável, que fosse efetuada a atualização do sistema, impedindo que este registrasse informações anteriores. A partir disso, desde o dia 1º de março o sistema "zera" a memória a cada nova votação iniciada, o que, de acordo com os técnicos, afasta a possibilidade de novos incidentes como os do final de janeiro. O relatório salienta que é impossível conferir o voto com o nome do parlamentar em votações secretas, pois o sistema só registra, neste caso, a quantidade de votos.

Melhorias - As melhorias necessárias, segundo a Divisão, já estão previstas no projeto de migração do atual sistema para o software livre, de código aberto, e de automação do plenário, "incluindo o sistema de autenticação segura por meio de impressão digital". Desta forma, enfatiza, serão superados os limites impostos pelo atual sistema de código proprietário à realização de auditorias plenas, "sem que estas violem os direitos constitucionais de seus autores". (MMV)

Transportes

PRF fala sobre problemas nas rodovias

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

A Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, presidida pelo deputado Reno Caramori (PP), recebeu na reunião de terça-feira (9), o superintendente da Polícia Rodoviária Federal, Luiz Ademar Paes, que fez uma explanação sobre os problemas nas rodovias federais no Estado.

Segundo Paes, entre os mais graves está o número insuficiente de policiais e a falta de recursos para a construção de três novos postos

policiais - em Lages, Rancho Queimado e Santa Cecília -, para os quais já existe projeto de criação. "Precisamos do apoio da Alesc para ajudar a resolver estes problemas. Ainda não nos foram repassados os valores da União, mas sabemos que serão insuficientes".

Além dos postos citados acima, ainda precisam ser construídos ou reformados os postos de Santa Cecília, Irani, Concórdia, São Miguel do Oeste ou Dionísio Cerqueira, Itaiópolis, Mafra, Rio Negrinho, Pi-



Paes: "Precisamos da ajuda da Assembléia"

rabeiraba (Joinville), Itajaí, Monte Alegre, entre outros.

Quanto ao efetivo, Paes salientou que 550 novos policiais irão ingressar na corporação através de concurso público, de seis em seis meses, chegando a um total de 2.200 em dois anos. Como resposta, o presidente da Comissão sugeriu aos demais deputados integrantes da Comissão que seja feita uma moção, dirigida ao presidente da República e ao Ministério da Justiça, para que haja uma solução imediata. (DAB)

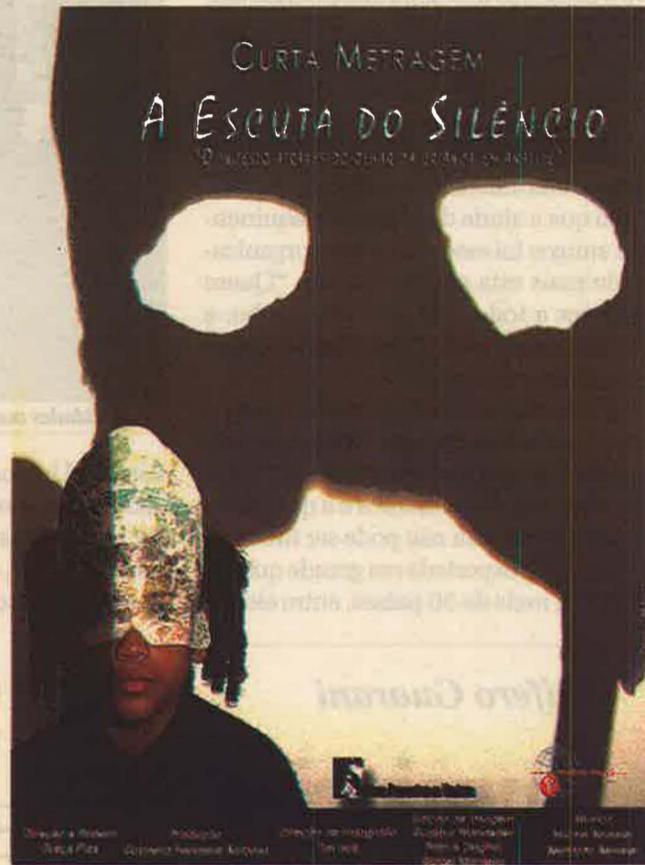
Direitos e Garantias Fundamentais define cronograma

A Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais e de Amparo à Família e à Mulher, presidida pela deputada Odete de Jesus (PL), realizou na manhã da quarta-feira (10) sua segunda reunião ordinária, definindo o cronograma de trabalho para o início deste ano.

A assessoria técnica da Comissão encaminhará a cada deputado que a integra uma cópia de denúncias por maus tratos e discriminação racial recebidas, para serem analisadas e, possivelmente, proceder os encaminhamentos na próxima reunião.

Hip-Hop - A deputada Odete informou o recebimento de exposição de motivos do Grupo Nação Hip Hop, através de seu coordenador em Santa Catarina, Cláudio Rios, requerendo apoio da Comissão para viabilizar infra-estrutura ao projeto Cinema na Favela, além da realização de audiência pública quando será abordado o tema "Violência infantil".

A audiência está marcada para o dia 31, às 18h, no plenário. Na oportunidade será exibido o documentário "A Escuta



Cartaz de divulgação do documentário

do Silêncio", com direção de Graça Pizá. Na sala de imprensa, no mesmo dia, será lançado o livro "Da Favela para o Mundo - Trajetória do Afroreggae". (CA)

Regimento é debatido na Finanças

(foto Jonas Lemos Campos)

Na primeira reunião ordinária da Comissão de Finanças e Tributação, presidida pelo deputado João Paulo Kleinübing (PFL), o que dominou o debate entre os parlamentares foi o encaminhamento que aprovou mudanças no Regimento Interno do Legislativo, no final de 2003. O deputado Antônio Carlos Vieira (PP) disse que a matéria foi colocada em votação sem a participação dos membros da Comissão de Finanças e líderes que estavam reunidos com o presidente da Casa, deputado Volnei Morastoni (PT).

Outro questionamento, levantado pelo deputado Reno Caramori (PP), foi em relação à figura regimental do anteprojeto, que para ele retira a prerrogativa do parlamentar de encaminhar projetos. Quando um projeto possui vício de origem, constatado na Comissão de Constituição e Justiça, isso é comunicado ao plenário. O autor da proposta, caso acate o parecer da CCJ

pela inconstitucionalidade, solicita a transformação em anteprojeto, que será analisado pela comissão de mérito. Aprovado, será encaminhado como indicação ao órgão ou poder que tenha a competência da iniciativa de propor um projeto de lei. O deputado Paulo Ecel (PT) lembrou que o assunto teve seu tempo de discussão durante os trabalhos da comissão formada para atualizar o regimento, há dois anos.

A Comissão de Finanças e Tributação deverá entrar em contato com o Tribunal de Contas do Estado (TCE) para que sejam enviadas as contas do governo dos exercícios de 2001 a 2003, para análise e votação pela Assembléia Legislativa. (SD)



Deputados questionaram forma de apreciação

Audiências levantam reivindicações da juventude

(fotos Carlos Kilian)

A criação de Casas de Semi-abrigo, destinadas a jovens de 14 a 18 anos, saídos dos CIP (Centros de Internação Provisória), e a ampliação do programa Nossa Primeira Terra, com garantia de viabilidade e sustentabilidade, estiveram entre as propostas apresentadas pelos jovens lageanos na última sexta-feira (5), no auditório do Centro de Agronomia e Veterinária da Udesc, em Lages.

As sugestões e reivindicações foram feitas durante a primeira audiência pública, de um ciclo de cinco regionais, realizado pela Assembleia Legislativa catarinense e Comissão Especial da Juventude do Congresso Nacional para elaboração de um plano nacional para a juventude. Mais de 80 jovens lotaram as dependências do auditório Caverna desde as 9 horas.

“Com a participação de vocês teremos um extrato da juventude catarinense e os elementos para estabelecer, no âmbito constitucional, legal e programático, um plano efetivo para os mais de 34 milhões de brasileiros entre 14 e 29 anos”, explicou o deputado federal Cláudio Vignatti (PT/SC) ao abrir o encontro. Vignatti integra a Comissão Especial do Congresso e coordena as audiências em Santa Catarina. Todos os outros estados estão realizando audiências, com apoio dos legislativos, mas somente Santa Catarina e Minas Gerais decidiram fazer audiências regionais. Além de Lages e Rio do Sul, os jovens poderão debater o plano em Criciúma (12/03), Joinville (13/03) e Chapecó (19/03). No dia 26 aconteceu a audiência estadualizada, na sede da Assembleia, em Florianópolis. O relatório final será levado para discussão do Plano Nacional no Seminário previsto para abril, em Brasília.

Sugestões

Entre os principais pontos levantados pelos jovens está a adoção do marco legal de 14 a 29 anos. Hoje, o mais utilizado é o marco de 14 a 24 anos, mas nas diversas leis há diferenciação, como se pode verificar ao analisar os códigos Civil e Penal, o Estatuto da Criança e do Adolescente e as regras das Forças Armadas, por exemplo. Na área da saúde, o grupo sugeriu a criação de espaços dedicados aos dependentes químicos de forma a mantê-los incluídos na sociedade. “O que existe hoje deixa esses jovens com a sensação de que estão excluídos”, resumiu Anor Pitt, orador do grupo.

A qualificação de professores especificamente para educação sexual e a efetiva integração do assunto como matéria curricular também foram reivindicados. Solicitam ainda a criação de estratégias que estimulem a participação das comuni-

dades nos programas e campanhas de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e antídotos.

Numa comunidade jovem predominantemente rural, as principais proposições do grupo que analisou o item Trabalho enfatizam a garantia do acesso à terra dos jovens, com amparo técnico e programas de estímulo ao chamado agrobusiness e agroturismo. Na área de Cultura e Educação, pedem programas que focalizem a permanência do jovem no campo, não como obrigação, mas como uma opção atraente, além do direcionamento da chamada educação em tempo integral para as comunidades carentes, com espaços para recreação e ensino vocacionado. A criação de rádios comunitárias e universitárias também esteve entre as principais propostas.

As Casas de Semi-abrigo, defendidas com maior ênfase pelo monitor do CIP, Sebastião Teotônio Amorim, poderão efetiva-



Um dos grupos de trabalho no encontro de Lages

mente garantir que adolescentes infratores retomem o caminho da inserção social. “O adolescente interno passa por uma avaliação depois de seis meses, quando geralmente pode sair. Às vezes, ele nem tem família para onde retornar, ou não quer por motivos diversos. Se ele tiver a garantia de ter uma casa, onde possa alimentar-se e descansar, depois de passar o dia estudando e trabalhando, aí sim, temos alguma garantia de que ele não retorne às infrações e acabe cometendo outros crimes mais graves”, defendeu Amorim. O deputado Sérgio Godinho (PTB) participou do encerramento. (MMV)

Rio do Sul

A segunda audiência, que aconteceu em Rio do Sul, no auditório da Unidavi (Universidade do Alto Vale do Itajaí) no sábado (6), foi prejudicada pela realização da Festa da Cebola de Ituporanga, cidade próxima e que atrai grande parte da população da região e de outras partes do Estado. Mesmo assim, os grupos de trabalho foram formados e elaboraram suas reivindicações.

Garantias de trabalho e programas eficientes nas áreas de prevenção e tratamento às doenças sexualmente transmissíveis, assistência à gravidez precoce e ao uso de drogas, com espaço garantido na rede pública, foram sugeridos. Além de Vignatti e autoridades locais, o evento contou com a participação do deputado Dionei da Silva (PT).



Deputado Vignatti (ao microfone), no seminário em Rio do Sul

Debates

Estudantes universitários e do segundo grau, jovens sindicalistas, juventudes partidárias e oriundas de organizações religiosas reuniram-se durante todo o dia para análise da pré-proposta elaborada no ano passado durante a Semana da Juventude, em Brasília. Cinco adolescentes que estão no Centro de Internação Provisória de Lages participaram dos debates.

Quatro grandes grupos foram formados, cada um dedicado à análise das proposições contidas no relatório nas áreas de Educação e Cultura, Trabalho, Empre-

go e Renda, Desporto e Lazer, e Saúde e Cidadania. O documento elaborado pelo relator do pré-plano, deputado federal Benjamin Maranhão (PMDB/PB), congrega as atividades da Comissão Especial do Congresso, criada no ano passado. Detalha os debates e audiências em que foram ouvidos especialistas, passando pela súmula do que existe no arcabouço legal brasileiro – a começar pela Constituição. Culmina com a Semana Nacional, quando foi montada a proposta que está em discussão.

CPI da Udesc

Ex-reitor acusado de desviar recursos

O ex-reitor da Udesc, Rogério Braz da Silva, foi acusado da prática de desvio de recursos, durante depoimento na reunião da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) que investiga irregularidades na instituição, na última segunda-feira (8). A acusação foi feita pelo ex-servidor da universidade, Daniel Olm dos Santos, que denunciou também o atual reitor *pro tempore*, José Carlos Cechinel, e o ex-diretor financeiro da instituição, Aroldo Schambeck.

Santos foi exonerado da Udesc em 1992, acusado de crime de peculato, e chegou a cumprir pena. Ele é autor tam-

bém de processo que se encontra há mais de 10 anos tramitando na Justiça. José Mário Câmara da Fonseca, servidor de um instituto do Maranhão, conveniado com o Ensino a Distância da Udesc, foi convocado e não compareceu para depor.

O ex-funcionário Daniel Olm dos Santos disse que entrou para os quadros da Udesc em 1979, onde permaneceu até 1992, quando foi alvo de processo administrativo que resultou em sua exoneração e cumprimento de pena por crime de peculato. “Acabei pagando por um erro que não cometi. Mas existe outro processo, com cerca de nove volumes, na 3ª Vara Criminal, desde 1993,

com documentos que comprovam o envolvimento do ex-reitor Rogério Braz da Silva, do atual reitor *pro tempore*, José Carlos Cechinel, e de Aroldo Schambeck no desvio de recursos da Udesc.”

O delegado Wanderley Redondo, que assessora a CPI, informou que este processo está na Justiça desde 1993 e se encontra ainda em fase inicial. “Apesar de ter se passado mais de uma década, falta ouvir testemunhas”, informou. Participaram da reunião da Comissão de Inquérito, além do presidente, deputado Paulo Eccel (PT), os deputados Pedro Baldissera (PT) e Julio Garcia (PFL). (CA)

Educação e prece para não faltar água

Tatiana Kinoshita

Desafios não assustam o arcebispo de Florianópolis, dom Murilo Sebastião Ramos Krieger. Em 2002, aos 58 anos, ele assumiu a missão de comandar uma arquidiocese que engloba 1,2 milhão de católicos, 64 paróquias, 461 capelas, seis santuários, 83 padres, 84 diáconos, quatro seminários e 21 pastorais, substituindo dom Eusébio Oscar Scheid que, atualmente, está no Rio de Janeiro.

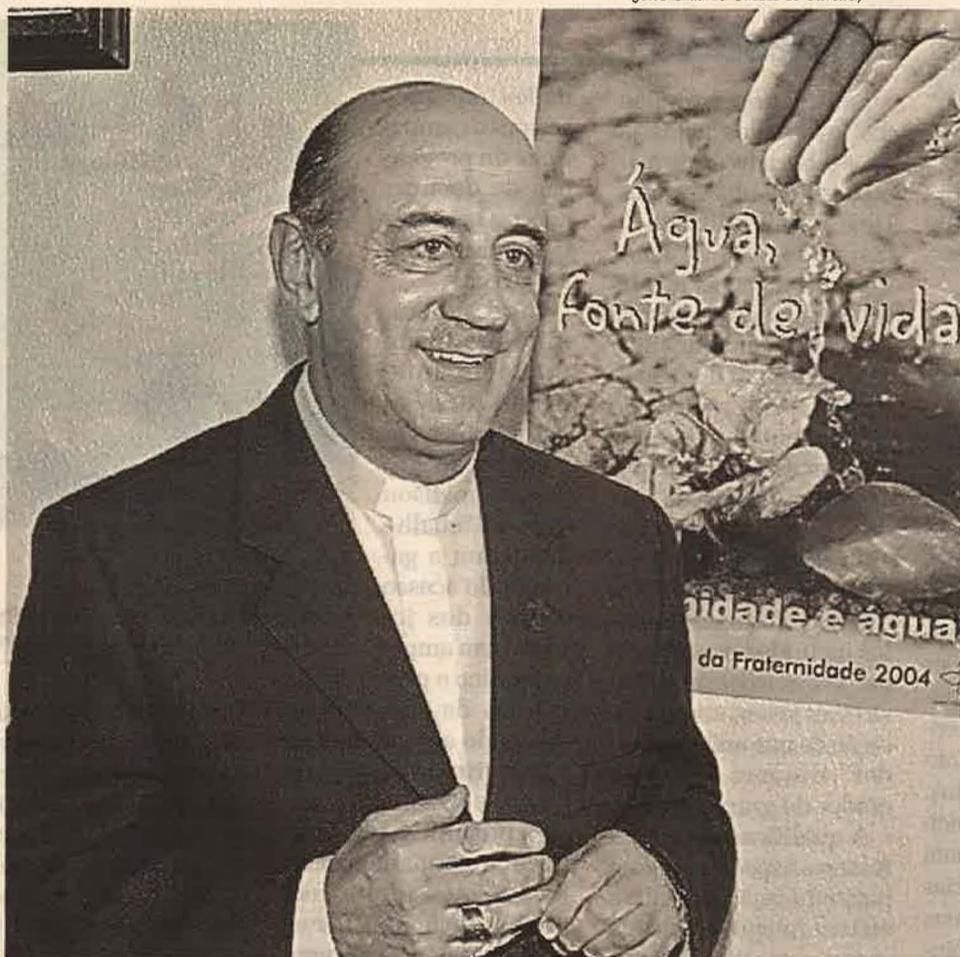
Catarinense de Brusque, dom Murilo Krieger, hoje com 60 anos, tem outro desafio pela frente. Desenvolver em todo o Estado de Santa Catarina a Campanha da Fraternidade, cujo tema deste ano é *Água, Fonte de Vida*. Em entrevista exclusiva ao AL Notícias, dom Murilo afirmou que não tem soluções prontas para o problema, mas irá debatê-lo com toda a sociedade e estimulá-la a refletir sobre a importância de preservar aquela que São Francisco de Assis chamava de "nossa irmã água".

AL Notícias - Por que a Igreja resolveu escolher a água como tema da Campanha da Fraternidade deste ano?

Dom Murilo Krieger - Água é vida. Sem água, nosso planeta Terra se transformará num novo planeta Marte. Esse elemento, essencial à vida humana, essencial também aos animais e às plantas, está sendo ameaçado. Nossos rios, lagoas e fontes estão cada vez mais poluídos. Nosso mar, também. E agora, estão descobrindo que até o aquífero Guarani sofre com os abusos humanos. Começa-se a constatar que são fortes e graves os sinais de poluição nesse "reservatório" tão importante. Quer dizer, a água é essencial à nossa vida e, mesmo assim, a tratamos muito mal. É preciso superar uma idéia que está por trás dessa nossa ação destruidora: a de que a natureza consegue se recuperar sempre. Isso não é verdade. Se não cuidarmos da água hoje, que água teremos amanhã? Que água terão as gerações futuras? A Campanha da Fraternidade deste ano quer nos forçar a responder essas e muitas outras perguntas.

AL Notícias - A Igreja desenvolverá ações para a questão da preservação da água em Santa Catarina?

Dom Murilo Krieger - Mais do que desenvolver ações, a Igreja quer despertar a consciência, formar o espírito crítico, fazer a sociedade refletir sobre a importância de preservarmos aquela que São Francisco de Assis chamava de "nossa irmã água". As ações virão depois dessa ampla conscientização. Acredito que muitas idéias e iniciativas concretas surgirão a partir do fórum que estamos programando para o dia 30 de março, à tarde, na Igreja da Agrônômica



(fotos Eduardo Guedes de Oliveira)

(Nossa Senhora de Lourdes), com a presença dos diversos organismos governamentais e não-governamentais que já há muito tempo vêm se preocupando com a qualidade da água. Aliás, é preciso ficar claro: a Igreja não tem soluções técnicas para esse problema; tem, sim, a consciência de que, por se tratar de um tema que interessa ao ser humano, deve ser um problema dela também.

AL Notícias - Foi implantado na Assembléia Legislativa o 1º Fórum Permanente que está tratando do Aquífero Guarani e da Bacia do Rio Uruguai. A Igreja, aproveitando a Campanha da Fraternidade, estará presente nas discussões?

Dom Murilo Krieger - Aí está uma iniciativa que merece nosso aplauso e apoio. Afinal, o aquífero Guarani abrange regiões de São Paulo, atravessa o Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e entra em território da Argentina, Paraguai e Uruguai. Do cuidado que tivermos com esse imenso lago subterrâneo dependerá, no presente e no futuro, a qualidade de vida de milhões de pessoas. Claro que nos interessa participar de tão importante iniciativa. E faço votos de que a imprensa acompanhe de perto esses estudos e debates, para que cresça a consciência de que devemos proteger esse extraordinário dom de Deus, que é a água. Não falta água potável no mundo. Falta, sim, uma melhor distribuição; falta "democratizá-la", para que em cada casa haja água com qualidade.

AL Notícias - Haverá ações em conjunto com o governo federal para tratar

a questão da água?

Dom Murilo Krieger - Está sendo preparado um abaixo-assinado para propor um amplo debate democrático visando à construção das bases de uma "Lei do Patrimônio Hídrico Brasileiro". O que se pretende é que haja uma legislação que garanta a boa gestão do patrimônio hídrico brasileiro, para garantir que, entre outras coisas, esteja prioritariamente a serviço da população, de toda a população. É necessário, também, pesquisar o uso de outras fontes energéticas, para poupar nossos rios deprezados pela construção de grandes barragens.

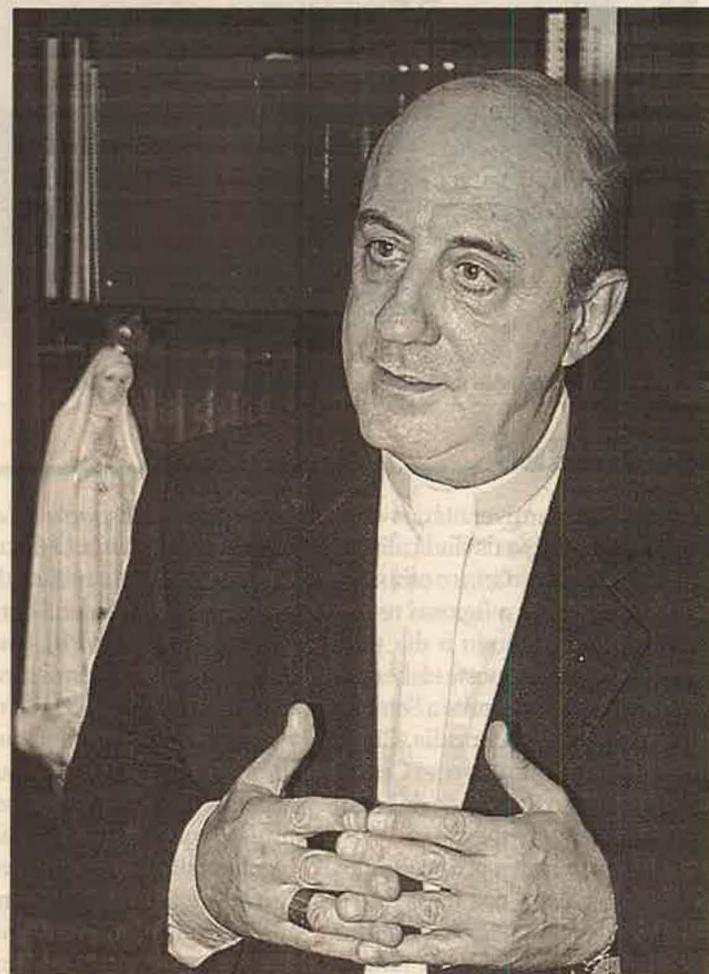
AL Notícias - A campanha abrange também as comunidades carentes que sofrem com a falta de água e saneamento básico?

Dom Murilo Krieger - Sabemos que o problema fundamental de nosso país não é a pobreza, mas a formação, o acesso à educação. Um povo que estuda é um povo

que encontra respostas para seus problemas. A curto e médio prazo, precisamos mostrar às comunidades carentes que precisam cuidar da água, porque assim estarão cuidando da própria vida. E, num gesto solidário com o Brasil que não tem água, será feita uma campanha para se conseguir a construção de cisternas na região do semi-árido. Afinal, em nosso Nordeste chove, e por vezes até muito. Mas as populações não têm meios de guardar essa água da chuva para o tempo em que seus rios e fontes secam.

AL Notícias - Em sua avaliação, como está a questão da água potável no Brasil? Foi realizado algum estudo para saber quantos rios estão poluídos, por exemplo?

Dom Murilo Krieger - Sabemos muito sobre a situação da água nos países desenvolvidos; pouco sabemos da situação brasileira. Uma das propostas da Campanha da Fraternidade é de fazer com que cada comunidade conheça melhor sua realidade: de onde vem a água que toma, como está o rio de sua cidade, o que poderá ser feito para impedir a poluição da água que está perto de cada um, etc. Além disso, sabemos que vários organismos não-governamentais têm estudos excelentes sobre a água, o problema da poluição, as soluções adequadas para nossos desafios. Esses estudos, no entanto, nem sempre são conhecidos. Esperamos que a Campanha da Fraternidade dê sua colaboração para que a água seja um tema popular, discutido em todos os níveis, e não só por especialistas.



Vetos

Deputados iniciam debates na CCJ

A CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), presidida pelo deputado Julio Garcia, manteve o veto ao PL (Projeto de Lei) nº 209/03, de autoria do deputado Antônio Carlos Vieira - *Vieirão* (PP). A proposta autorizava o uso de armas de fogo apreendidas pelas polícias Civil e Militar. O relator, deputado Herneus de Nadal (PMDB), declarou que a iniciativa possui vício de origem, pois a competência para legislar sobre esta matéria é exclusiva da União.

Os deputados também mantiveram veto parcial ao PLC (Projeto de Lei Complementar) nº 28/02, de origem governamental, que reorganiza a estrutura administrativa e a remuneração dos servidores da Segurança Pública. O artigo vetado trata da integração de peritos criminais, médicos, químicos e odontologistas no subgrupo de peritos oficiais, integrado à Segurança Pública. O relator, Celestino Secco (PP), apontou inconstitucionalidade devido à emenda que originou o artigo ser parlamentar.

Simples - Com as abstenções dos deputados Joares Ponticelli e Celestino Secco, ambos do PP, foi mantido o veto parcial ao PLC nº 39/03, de origem governamental, que estabelece a distribuição e fixa o efetivo

do Corpo de Bombeiros. O artigo vetado prevê o aumento de 144 vagas no efetivo de funcionários civis da corporação.

Também de autoria do governo, o PL nº 354/03 teve o veto à emenda parlamentar derrubado na CCJ. O PL nº 354/03 altera a lei do imposto Simples para as micro e pequenas empresas (Lei nº 11.398/00). A emenda revoga o parágrafo único do Artigo 7º. Em sua argumentação pelo veto, o secretário da Fazenda, Max Bornholdt, diz que a intenção é não distorcer a aplicação do princípio da não-cumulatividade

Outro veto parcial rejeitado refere-se ao PLC nº 37/03, de origem governamental, que trata de contratações por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse

público.

Por vício de origem, foi mantido veto total ao PLC nº 14/03, de autoria do deputado Onofre Agostini (PFL), que atualiza valores de emolumentos. Abstenções dos deputados Celestino Secco e Joares Ponticelli, ambos do PP, e da deputada Odete de Jesus (PL).

Mais dois projetos de autoria parlamentar tiveram a rejeição total do governo revertida na Comissão: o PLC nº 27/03, de autoria do deputado Julio Garcia (PFL), que altera normas do Estatuto dos Servidores Públicos dispendo sobre o direito à renovação, por igual período, do prazo de licença para tratamento de interesses particulares e o PL nº 184/03, do deputado Francisco de Assis (PT), que veda a cobrança de pedágios e similares por parte dos órgãos municipais de trânsito aos veículos de circulação intermunicipal. (SD)



Algumas rejeições do governo foram mantidas pela Comissão

Estudantes são convocados

O líder do PP, deputado Joares Ponticelli, reafirmou a importância da união dos parlamentares para derrubar o veto ao PLC 9/03. Vários parlamentares têm feito a defesa do PLC e reiteram a importância da derrubada do veto, como o próprio autor da proposta, deputado Paulo Eccel (PT), e os deputados João Paulo Kleinübing (PFL) e Dionei Walter da Silva (PT).

Ponticelli convocou estudantes de todo o Estado para comparecerem à votação e ajudarem a pressionar a bancada governista a aprovar o projeto. Segundo o deputado, o atual governador, além de não ter participado das audiências públicas realizadas no ano passado, não teve sensibilidade para verificar a importância do projeto. "Junto com os deputados Herneus de Nadal (PMDB) e Odete de Jesus (PL), pedimos vistas para o projeto de lei vetado. Entretanto, acredito que na próxima quarta-feira (17) ele já estará em plenário para ser votado", afirmou, salientando que as bancadas do PP, PFL e PT pedirão voto aberto quando da sua apreciação. (TK)

Novo Fórum

Foi instalado na tarde de quarta-feira (10) o Fórum Permanente de Telefonia. Presidido pelo deputado Sérgio Godinho (PTB), é composto pelos deputados Lício Mauro da Silveira (PP), Valmir Comin (PP), Rogério Mendonça (PMDB), Antônio Ceron (PFL), Onofre Agostini (PFL), Odete de Jesus (PL), Mauro Mariani (PMDB), Dionei Walter da Silva (PT),

Djalma Berger (PSDB), Jorginho Mello (PSDB) e Pedro Baldissera (PT).

O Fórum vai permitir uma ampla discussão sobre instalação de torres de serviços de telefonia celular, principalmente em municípios localizados em regiões que possuem grande potencial econômico, turístico ou às margens de rodovias federais ou estaduais. (TK)

Agenda

Dia 15, 19 h - Exposição de fotos "Photo Studio Mulher"

Local: Galeria de Arte Meyer Filho

Dia 16, 19 h - Homenagem ao Clube Náutico Marcílio Dias, de Itajaí, pela passagem dos 85 anos de fundação

Local: Plenário

Dia 16, 19 h - Exposição do artista plástico Ivo Silva

Local: Galeria de Arte Meyer Filho

Dia 17, 10 h - Comissão de Educação - Lançamento da cartilha "Quem financia a baixaria é contra a cidadania"

Local: Plenário

Dia 17, 20 h - Lançamento da programação da Procissão do Senhor dos Passos e do livro "Senhor dos Passos: o protetor de Florianópolis", do jornalista Moacir Pereira

Local: Plenário

Dia 19, 9 h - Audiência pública "Inclusão e direitos da juventude"

Local: Auditório da Unochapecó - Chapecó

Decoro parlamentar

Foi realizada no dia 10 a primeira reunião da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, composta por nove deputados, sendo quatro líderes de bancada - PP, PT, PFL e PSDB. O presidente, deputado Joares Ponticelli (PP), afirmou que tem consciência das dificuldades que serão enfrentadas.

Pedido do deputado Antônio Carlos Vieira - *Vieirão* (PP), sobre a legalidade regimental da presença de ani-

mais em plenário, é o primeiro caso em análise. O caso foi gerado pelo deputado Nilson Nelson Machado - *Duduco* (sem partido), que no dia 3 levou à tribuna uma cobra (jibóia argentina), referindo-se à prefeita Angela Amin (PP).

"Não quero em momento algum fazer denúncia, mas que seja especificado se pode ocorrer uma situação dessas. Essa é a razão da minha consulta", afirmou *Vieirão*. (GMP)

Adin gera polêmica

O líder do PFL, deputado Antônio Ceron, respondeu na sessão de terça-feira (9) às críticas do PT sobre uma Adin (Ação Direta de Inconstitucionalidade), de autoria da legenda, que ingressou no STF (Supremo Tribunal Federal) na semana passada. A ação questiona convênio entre o Ministério da Justiça e o Banco Central, firmado em 2002, durante governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), que, de acordo com Ceron, estaria sendo desvirtuado. Pelo convênio, recursos de particulares podem ser bloqueados, caso o STF julgue necessário.

"Estão bloqueando os recursos antes da decisão do Supremo", argumentou. Para ele, o objetivo do governo, ao desvirtuar o referido convênio, seria "desviar a atenção dos Waldomiro da vida". "Em 2002, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), o Ministério da Justiça fez um convênio com o Banco Central, na época presidido por Armínio Fraga, que não está sendo cumprido", assinalou. (DAB)

Praia da Joaquina formando talentos

Sol, praia, ondas, é assim que pode ser definida a bela praia da Joaquina, em Florianópolis. É neste paraíso catarinense do surf que está localizada a College Surf School, uma das melhores escolas de surf do Estado. Fundada no ano 2000, a escola tem atraído cada vez mais a atenção das pessoas para a prática desse esporte. Atualmente, crianças e adultos oriundos da comunidade local e também de outros municípios como Santo Amaro da Imperatriz estão adotando o surf como estilo de vida.



(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

Meninas já têm espaço garantido no esporte

Criada associação para monitorar escolas

A ACES (Associação Catarinense de Escolas de Surf) foi criada em novembro de 2003 com o intuito de monitorar e estabelecer critérios para todas as escolas. Os principais são a obrigatoriedade da presença de um professor de educação física como responsável por seu funcionamento, equipamentos corretos e, principalmente, a exigência de que todos os instrutores tenham feito curso de primeiros socorros com duração de 20 horas/aula.

É preciso que os interessados em fazer aulas de surf se informem se a escola escolhida é credenciada pela ACES. Além da *College Surf School*, outras escolas como Quatro Ilhas e Marreco, ambas de Florianópolis, também fazem parte da entidade.

Graziela May Pereira

A College Surf School foi idealizada com a finalidade de ensinar pessoas de todas as faixas etárias e também, porque não, para formar futuros campeões catarinenses da modalidade. Além disso, é um esporte que proporciona um estilo de vida bastante saudável.

Os fundadores da escola são André Oliveira e Karina Abras, a Kika, que tiveram o auxílio de Xande Fontes, presidente da Fecasurf (Federação Catarinense de Surf) nesse empreendimento. Além da Fecasurf, a ASJ (Associação de Surfistas da Joaquina) também ofereceu apoio total. A paulista Kika é campeã brasileira de *long board* e professora de educação física. Adotou a Ilha de Santa Catarina, que hoje é berço de novos surfistas. André é surfista ilhéu.

A escola funciona no Terminal Turístico da Joaquina. Atende pessoas de 6 a 60 anos. A média é de 40 a 50 alunos por mês. Os instrutores são treinados e a escola oferece todo o material utilizado.

A maioria dos alunos é de crianças. Tomás T. Schumacher, 12 anos, morador do Canto da Lagoa, conta que faz quase um ano que faz as aulas. "Vim só porque a maioria dos meus amigos já tinha prancha e sabia surfar. Achei que devia aprender também."

Segundo André, o surf atualmente está bem democrático. "Quase a metade de nossos alunos são meninas. Elas não resistem à idéia de procurar a escola. Já os meninos têm vergonha porque acham que não precisam de professores". Além do simples hábito de surfar, o esporte traz ao praticante outros benefícios como a melhora na alimentação e o fim do tabagismo.

Excitação e ansiedade, estas são algumas das dificuldades

para os alunos que fazem a primeira aula. Mas 80% dos praticantes, no mínimo, conseguem ficar em pé na prancha já na primeira lição "Nossa maior dificuldade é com aquelas pessoas que acham que já sabem surfar, vêm com vícios e movimentos errados", diz Kika.

O hábito de surfar também está funcionando como terapia. André exemplifica, dizendo que um aluno da escola tem esquizofrenia e problemas de coordenação motora, mas depois de começar a praticar o surf já está conseguindo se manter em pé e "dropar" algumas ondas.



Tomás T. Schumacher

A escola superou a idéia inicial, que era apenas a de ensi-

nar a arte do surf. Agora é mostrado aos praticantes que o esporte não é apenas um estilo de vida, mas que faz parte da cultura catarinense. "É isso que o turista procura quando vem a Santa Catarina. Ele procura o surf, que para muitos já integra a nossa cultura", garante Oliveira.

A única solicitação para matricular-se na escola é que o aluno saiba nadar. As aulas são ministradas de acordo com o tempo disponível e a mensalidade varia conforme o número de aulas semanais. Informações e matrículas são obtidas na escola ou pelos telefones (48) 9991-4282, com André, ou (48) 9971-3486 com a Kika.

Dicionário do surf

Deck - Parte de cima da prancha (onde o surfista pisa).

Drop - Significa descer a onda da crista até a base.

Flat - Mar liso, sem ondas.

Inside - Qualquer lugar dentro da arrebentação, ou seja, a própria arrebentação.

Maral - Vento que sopra do mar em direção à areia, geralmente aumentando a maré.

Sessão - Parte de uma onda. Cada sessão propicia manobras diferentes.

Série - Sequência de ondas.

Swell - Ondulação.



André e Kika, instrutores da Escola



Prática exige dedicação e concentração